

Juventude Rural e Políticas de Extensão Rural do Instituto Agrônômico De Pernambuco

Yuri Vasconcelos da Silva¹
Angelo Brás Fernandes Callou²

Resumo

O objetivo deste artigo é identificar e analisar os projetos de Extensão Rural desenvolvidos pelo Instituto Agrônômico de Pernambuco (IPA) para os jovens do meio rural no município de Petrolândia, Pernambuco. Especificamente, pretendemos analisar as políticas de Extensão Rural do IPA para a juventude rural no âmbito das atividades não agrícolas na perspectiva do desenvolvimento local. Considerou-se como vetores desta análise a pluralidade da juventude, as atividades não agrícolas e o Desenvolvimento Local.

Palavras-chave: Juventude Rural. Extensão Rural. Desenvolvimento Local.

RURAL YOUTH POLITICS AND RURAL EXTENSION OF THE INSTITUTE OF AGRICULTURE PERNAMBUCO

Abstract

The main objective of this research is to identify and analyse the rural extension projects, developed since 2003 by the Institute of Agriculture Pernambuco (IPA), for the youth of the rural way, from the borough of Petrolândia, in Pernambuco. Specific, was intend to analyse the rural politics extension of the rural youth in the context of non agricultural activities, on the perspective of local development. Where consider vector of this analyses the plurality of the youth; the current analyses of the Brazilian rural way and the meaning that the no agricultures activities take part in this scenario; and the perspective of the Local Development.

Keywords: Rural youth. Rural extension. Local development.

¹ Indigenista especializado da Fundação Nacional do Índio (Funai), mestre em Extensão Rural e Desenvolvimento Local pelo Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). yuriujc@yahoo.com.br

² Professor titular da Universidade Federal Rural de Pernambuco e vice-coordenador do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (Posmex), da UFRPE. abcallou@gmail.com

O objetivo principal deste artigo é identificar e analisar os projetos de Extensão Rural desenvolvidos, a partir de 2003, pelo Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA) para os jovens do meio rural no município de Petrolândia, Pernambuco. Especificamente, pretendemos analisar as políticas de Extensão Rural do IPA para a juventude rural no âmbito das atividades não agrícolas na perspectiva do desenvolvimento local.

De acordo com o parâmetro de faixa etária utilizado pela pesquisa do IBGE (15 a 29 anos), os jovens brasileiros representavam 51 milhões de pessoas em 2006 (mais de 25% da população total). Desse contingente, conforme os parâmetros oficiais de distinção entre urbano e rural, 22% dos jovens brasileiros vivem no campo, com suas respectivas particularidades (Castro; Aquino, 2008). Apesar de representar um contingente significativo, a juventude rural ainda é uma temática pouco estudada. De acordo com Catani e Gilioli (2008),

[...] Os estudos sobre a juventude camponesa são raros entre as pesquisas sociológicas. O jovem do campo tende a passar da infância à condição adulta em curto período de tempo, em uma espécie de “amadurecimento precoce”. [...] A falta de visibilidade de tema da juventude camponesa traz também como problema a ausência de políticas públicas para esse segmento específico (p. 49-50).

Não poucas vezes há uma tentativa em homogeneizar a juventude por parte das políticas públicas, não havendo o entendimento de que ela se caracteriza, fundamentalmente, pela sua diversidade. Ainda de acordo com Catani e Gilioli (2008), não existe uma juventude e sim várias juventudes, com uma variedade de particularidades relacionadas às condições sociais e históricas específicas, apesar de possuírem certos pontos em comum.

Embora sejam poucos os estudos acerca a juventude rural, alguns trabalhos têm impulsionado a temática, encontrando um assunto recorrente: a tendência migratória dos jovens. Apesar do número significativo de jovens migrantes, Carneiro (2007) afirma que estes já não possuem tanta vontade de mudar suas vidas indo para as grandes cidades:

[...] Mesmo não relacionando seu futuro à agricultura, muitos jovens preferem continuar morando na localidade rural, mas sem abrir mão do acesso à educação e a novos campos de conhecimento como a informática, por exemplo, que permitiria abrir as janelas do mundo rural para um universo desconhecido e ilimitado. [...] A cidade não exerce mais o mesmo fascínio sobre os jovens rurais de algum tempo atrás (p. 63).

Assim, os jovens rurais não estão buscando mais a cidade, e sim o acesso à educação, trabalho e renda, que existe, mesmo sob condições precárias, nos espaços urbanos. Dessa forma, a fragilidade e precariedade dos bens e serviços básicos no meio rural contribuem para o deslocamento da população local para outras áreas. A migração jovem não é mais caracterizada como um desejo juvenil e sim como uma condição de vida.

Diante desse cenário de êxodo juvenil, as políticas públicas de Extensão Rural adquirem uma importância crucial não somente para a permanência do jovem no campo, mas, fundamentalmente, para propiciar a abertura de novos campos de conhecimento. De acordo com Fonseca ([1970?]), trabalhar com a juventude sempre foi um dos eixos norteadores para os serviços extensionistas, uma vez que este segmento se apresenta mais “receptivo a novas ideias e em cuja formação existe expectativa de taxas de retorno social mais elevada” (Fonseca, [1970?]).

No Brasil, as políticas de Extensão Rural para os jovens do meio rural estão presentes desde o início das atividades extensionistas, no final da década de 40, por meio dos clubes 4-S (Saber, Sentir, Servir e Saúde), seguindo o modelo norteamericano dos clubes 4-H (*Hand, Hart, Head, Health*). Para Figueiredo (1981b), tanto os clubes 4-S quanto os grupos de homens e os grupos de senhoras e moças “serviram para ampliar a ação do extensionista, baratear os custos operacionais³ e para criar um clima propício à ‘aquisição dos novos conhecimentos’ e à ‘mudanças de hábitos e atitudes’” (p. 3).

³ Remunerações, serviços de escritório, etc.

Observa-se que mesmo os jovens rurais sendo considerados nas políticas públicas da Extensão Rural ao longo da sua história, existia a crítica de que os mesmos foram sempre vistos apenas como beneficiários dos projetos e não como um segmento autônomo. Da mesma forma, as críticas direcionavam para o fato de as políticas restringirem, na maioria das vezes, os jovens às atividades agropecuárias, sendo encarados apenas como sucessores da produção agrícola.

Vale ressaltar que os trabalhos de incentivar os jovens a permanecer no meio rural enquanto sucessores das atividades agrícolas são extremamente importantes, na perspectiva de transformação da realidade do meio rural brasileiro. De acordo com a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás:

[...] Não se tratando de simplesmente “fixar” o jovem no meio rural – dando a entender que ele deve ser forçado a permanecer – mas de criar um conjunto de condições necessárias para estimular o entendimento do espaço rural como um ambiente de valorização, oportunidade e perspectiva de vida digna. Nesse sentido, o desafio posto é a continuidade da própria agricultura familiar enquanto categoria social e econômica que se expressa tanto quanto outras importantes transformações que devem ocorrer no meio rural, mas que sempre encontram grandes dificuldades de se efetivarem (acesso à terra, crédito, moradia, etc.) (Fetaeg, 2010, p. 1).

Ao longo da história da Extensão Rural no Brasil, vários foram os esforços de alguns pesquisadores e de algumas instituições governamentais e não governamentais em romper com o modelo difusionista da Extensão Rural e construir uma prática educativa e participativa, que contemplasse as atividades agrícolas e não agrícolas. Essa concepção participativa e transformadora da Extensão Rural, entretanto, não ocorreu. Ao contrário, o Estado brasileiro, no final dos anos 80, acompanhando as políticas neoliberais e os processos de globalização, inicia um movimento de seu afastamento e de desresponsabilização com os serviços públicos. No campo da Extensão Rural ocorre a extinção da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater) em 1989, ficando as atividades de extensão sob responsabilidade da Empresa de

Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), nos respectivos Estados. Com a intensificação das políticas neoliberais na década de 90, as Ematers estaduais também vão desaparecendo ou se fundindo a outras organizações governamentais (Callou, 2007).

Em Pernambuco, com a extinção da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Pernambuco (Emater-PE) em 1999, os serviços públicos de Extensão Rural passaram a ser realizados pela Empresa de Abastecimento do Estado de Pernambuco (Ebape) e, posteriormente, pelo Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA), conforme decreto do governo do Estado, publicado no Diário Oficial em 2003. O IPA já possuía uma tradição no Estado de Pernambuco no que diz respeito às pesquisas agropecuárias, passando a incorporar, nesse momento, também as atividades de Extensão Rural.

Os programas e ações de Assistência Técnica e Extensão Rural do IPA são orientados pela Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), criada em 2004 pela Secretaria de Agricultura Familiar (SAF) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), fruto das críticas ao modelo difusionista de Extensão Rural e da intensificação dos novos vetores de estudo – destacando-se as novas concepções do meio rural e o desenvolvimento local.

No que tange à juventude, o documento da PNATER a destaca em alguns momentos, inclusive fazendo menção da importância das especificidades socioculturais para os processos organizativos e de capacitação para os jovens rurais. Nos eixos de trabalhos específicos com a juventude, no entanto, a nova política de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) parece restringir os jovens rurais, mais uma vez, ao processo de sucessão das atividades agrícolas. A juventude rural está assim destacada no tópico das Diretrizes da Política Nacional de Ater: “Viabilizar ações de Ater dirigidas especificamente para a capacitação e orientação da juventude rural, visando estimular a sua permanência na produção familiar, de modo a assegurar o processo de sucessão” (Brasil, 2004, p. 8).

Observamos, portanto, que a PNATER possui alguns avanços e algumas limitações. O que é preocupante, de fato, é a Lei nº 12.188/10 que regulamenta a PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (Pronater). No âmbito das atividades agrícolas, a referida Lei sequer pontua sobre a agroecologia, aspecto que perpassava toda a política de Extensão Rural no documento da PNATER. Em relação às atividades não agrícolas, a Lei não discorre em nada sobre a importância dessas atividades no desenvolvimento do meio rural brasileiro, aprofundando o vazio em relação a essa temática já sentida na própria PNATER. Por fim, a juventude rural também não é citada na referida Lei, apontada apenas nos princípios da PNATER enquanto “equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia” (Brasil apud Sinterp, 2010).

Por possuírem um grande potencial transformador e terem possibilidades de realizar mudanças na sociedade (Cordeiro, 2009), os jovens são considerados atores estratégicos no processo de desenvolvimento de um país. Desenvolvimento que não representa apenas o melhoramento econômico das populações rurais, mas também o aumento de conhecimento e de poder das comunidades, almejando serem protagonistas das decisões públicas (Franco apud Santos, 2005, p. 11).

A ideia do crescimento econômico estar associado ao empoderamento das comunidades insere-se na proposta do desenvolvimento local, que ganha força no final dos anos 80, sendo entendido como “o processo de construção de oportunidades e de melhores condições de vida para populações locais, mobilizando capacidades e energias endógenas” (Araújo; Santos; Callou apud Santos, 2005, p. 11).

Nesse cenário, em que se entrecruzam a juventude rural e as políticas de Extensão Rural na perspectiva do desenvolvimento local, é de se perguntar: Como os projetos de Extensão Rural do IPA consideram os jovens rurais? De que forma os jovens rurais estão inseridos nos projetos de Extensão Rural no âmbito das atividades não agrícolas?

Processo de Investigação

No intuito de conhecermos o Instituto Agronômico de Pernambuco (IPA) e os seus trabalhos no âmbito da Extensão Rural, realizamos uma análise documental do Instituto utilizando os Relatórios Técnicos dos Projetos e os Planos Anuais de Trabalho, quando tivemos a oportunidade de identificar os programas que estão sendo realizados pelo IPA e em quais deles está sendo contemplada – e como está sendo – a juventude rural.

A escolha do município de Petrolândia/PE e, especificamente, da comunidade Brejinho da Serra para o desenvolvimento deste artigo, ocorreu devido ao fato de serem locais onde estão sendo desenvolvidas atividades pelo IPA e que possuem a inserção da juventude, segundo informações de extensionistas da sede estadual do Instituto. Foi também relatado que é no município de Petrolândia que o Instituto possui mais tempo de trabalho com projetos que envolvem a juventude rural. Foi, portanto, levado em consideração o tempo em que o IPA está desempenhando atividades nessas regiões e a realização de projetos com os jovens rurais. Buscando entender melhor a realidade da comunidade Brejinho da Serra no município de Petrolândia/PE, foram feitas algumas visitas ao local, conhecendo e discutindo com as pessoas que estão relacionadas às atividades desempenhadas pelo IPA.

Como recurso metodológico, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com jovens rurais e com extensionistas do IPA que desempenham atividades relacionadas aos projetos na comunidade Brejinho da Serra em Petrolândia. Em relação à juventude, entrevistamos oito jovens rurais entre 14 e 29 anos de idade, atendidos pelos projetos do IPA. Apesar do entendimento da pluralidade e diversidade das juventudes, entrevistamos jovens de acordo com o critério da faixa etária, por questões práticas e por ser o critério empregado pelas políticas públicas.

A coleta de dados foi realizada a partir da combinação de técnicas etnográficas e das entrevistas já citadas, com o objetivo de identificar e analisar a forma como a juventude rural está sendo considerada nos projetos de Extensão Rural do IPA.

As Políticas do Instituto Agrônomico de Pernambuco (IPA) no Município de Petrolândia e na Comunidade Brejinho da Serra

O Instituto Agrônomico de Pernambuco (IPA) está presente no município de Petrolândia com uma sede municipal, contando com uma estrutura básica para o atendimento às comunidades, com uma sala com dois computadores, carro, moto e câmera digital. Os extensionistas de Petrolândia ressaltam, no entanto, por diversas vezes, a deficiência no quadro de pessoal, uma vez que o Instituto possuía cinco extensionistas que foram sendo alocados em outras áreas, restando, atualmente, apenas dois técnicos responsáveis pelos serviços de Extensão Rural – 1 técnico-agrícola e 1 engenheiro de pesca.

Dentre as atividades do Instituto em Petrolândia a que mais ganha destaque está relacionada à piscicultura em tanque-rede,⁴ uma vez que essa atividade é bastante utilizada pelas comunidades presentes neste município, pelo fato de as mesmas estarem localizadas às margens do Lago de Itaparica e serem banhadas pelo Rio São Francisco, possuindo, portanto, boas condições para o desenvolvimento da atividade, como a grande disponibilidade de água de qualidade.

⁴ O sistema de piscicultura em tanque-rede diz respeito a uma forma de criação intensiva, buscando uma alta produtividade. Consiste em estruturas retangulares, permitindo uma melhor passagem e renovação da água dentro das gaiolas.

Uma das comunidades em que o IPA está presente com suas atividades é Brejinho da Serra, localizada a 27 km de distância da sede do município de Petrolândia, contando com 75 famílias, com uma área média de propriedade equivalente a 5 hectares (IPA, 2009).

Dentre os grupos formais existentes na comunidade, conseguimos observar três tipos diferentes de organização. A primeira é a Associação dos Moradores da Comunidade Brejinho da Serra, criada em torno de 1998 e que, dentre as atividades que já realizou, ganha destaque o projeto de abastecimento de água na comunidade, datado de 2004. Outra organização presente na comunidade é a Pastoral da Criança, cujo trabalho consiste em pesar as crianças para acompanhar o desenvolvimento nutritivo das mesmas junto ao agente de saúde (crianças de até 6 anos).

Por fim, ganha destaque na comunidade a Associação dos Criadores de Peixes da Serra (ACPS), fundada em 2006, a partir do estímulo da indústria Netuno, que propiciou um financiamento para a produção de piscicultura em tanque-rede. As associações de piscicultura em tanque-rede são estimuladas para a atividade por meio do crédito, como o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural de Pernambuco (Prorural) ou o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Segundo o entrevistado do IPA, a possibilidade do financiamento de crédito e o acompanhamento técnico do IPA já contribuíram para o surgimento de 10 associações de pequenos produtores em Petrolândia, beneficiando, com o aumento da renda, cerca de 140 famílias.

Atualmente, o Instituto atua com acompanhamento, assistência, orientação na piscicultura em tanque-rede e com intercâmbio em outras comunidades que trabalham com a piscicultura e que tiveram apoio do Prorural ou outras formas de financiamento. Já foram realizadas também várias capacitações, como, por exemplo, capacitações de pesca, caprinocultura e tecelagem. De acordo com o Instituto, seria importante realizar visitas, no mínimo, duas vezes por semana. Com as dificuldades ressaltadas de falta de pessoal, porém, conseguem fazer visita uma vez a cada quinze dias.

O artesanato e a tecelagem são apontados pelo extensionista e engenheiro de pesca do IPA como importantes para utilizar toda a cadeia produtiva da piscicultura. O IPA, entretanto, não intensifica atividades nessa vertente. Existe uma Associação de Artesãos denominada Café Com Arte, constituída de 16 artesãos, localizada no centro de Petrolândia, cujo trabalho consiste na criação de peças com couro de peixe (abajur, bolsa). Quando questionado se seria possível a constituição de uma Associação de artesanato na comunidade Brejinho da Serra, o entrevistado é pessimista, alegando que os moradores da comunidade podem participar das oficinas no centro de Petrolândia e também fazer parte do grupo Café Com Arte, não sendo viável a constituição de outra Associação.

Em nossa análise, existe um campo propício na comunidade Brejinho da Serra para o IPA trabalhar as atividades não agrícolas, com capacitações profissionais a partir das demandas apresentadas pela comunidade. Nas entrevistas com os jovens percebemos desejos nessa vertente como, por exemplo, cursos de artesanato e de âmbito profissional, como manicure e cabeleireiro.

Por fim, o extensionista do IPA afirma que não existem projetos específicos para a juventude da comunidade Brejinho da Serra. Segundo o entrevistado, “Os jovens estão inseridos nos programas de governo, mas não exclusivos, pois partimos de uma visão global do desenvolvimento das comunidades”. Observamos que essa fala parece contraditória com o que foi explanado pelos extensionistas do IPA em Recife, durante as entrevistas que realizamos na apresentação deste projeto de pesquisa. Nestas reuniões foi explanado que anteriormente os jovens, de fato, eram contemplados de maneira geral, sem serem considerados o público alvo das atividades. Recentemente – a partir de 2008 –, no entanto, teve início projetos específicos com a juventude rural, entendendo que este segmento possui potencialidades e demandas específicas.

O fato de não haver políticas específicas para a juventude rural é contraditória, inclusive com a própria história da Extensão Rural no Brasil que, desde o seu surgimento, teve a juventude como um segmento prioritário de atuação.

Observamos, ainda, que a não construção de atividades específicas com a juventude não é condizente também com a própria PNATER, uma vez que a mesma faz menção da importância de projetos específicos.

Constatamos que há um campo fértil de trabalho com a juventude de Brejinho da Serra que precisa ser mais bem explorado nos trabalhos do IPA. A relação dos jovens da comunidade Brejinho da Serra com a agricultura e com os projetos do IPA, assim como as suas perspectivas de futuro, são objeto de análise do tópico seguinte.

Pelo que observamos, os trabalhos do IPA em Brejinho da Serra ocorrem, fundamentalmente, no âmbito das atividades agrícolas, contribuindo na orientação e capacitação das famílias rurais nos seus trabalhos agropecuários. Consideramos que é importante o papel que exerce o Instituto nesse sentido, entretanto, na perspectiva do desenvolvimento local, o IPA precisa avançar nas suas políticas, enfatizando as atividades agrícolas e não agrícolas de forma conjunta, proporcionando uma transformação da realidade na comunidade, melhorando a qualidade de vida dos seus habitantes.

Durante a nossa pesquisa, constatamos duas principais dificuldades nos trabalhos desempenhados pelo IPA. A primeira é coerente com a crítica apontada na pesquisa de Rameh (2009), quando pudemos observar que os serviços de extensão, pesquisa e infraestrutura não estão interligados no interior do IPA, demonstrando que não houve um prévio preparo do Instituto antes de assumir a responsabilidade pelos serviços de Extensão Rural no Estado de Pernambuco.

A segunda grande dificuldade encontrada em nossa pesquisa diz respeito ao quadro pessoal do Instituto. Segundo o presidente do IPA, Júlio Zoé de Brito (Asbraer, 2009), o Instituto está presente em 180 dos 184 municípios do Estado e atende cerca de 70 mil agricultores familiares, além do aumento do orçamento do IPA para as atividades extensionistas, que hoje gira em torno de 135 milhões de reais. Apesar desse avanço, o número de extensionistas é pequeno para atender às demandas das comunidades rurais. Além de ser pequeno o número de funcionários, observamos que os mesmos não estão atualizados

com a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) e com importantes temáticas discutidas hoje no campo da Extensão, como a importância do trabalho com a juventude rural. O Instituto, apesar de realizar capacitações aos seus técnicos – segundo as observações das extensionistas nas entrevistas iniciais –, aparentemente não estimula discussões teóricas sobre essas temáticas, que tenham repercussão prática nas suas atividades.

Apesar de várias dificuldades ainda persistirem, alguns avanços se fazem sentir nos trabalhos de Extensão Rural desempenhados pelo IPA. De acordo com extensionistas do Instituto, o esquema hierarquizado e burocrático do IPA vem sendo quebrado pelos novos extensionistas, que possuem uma visão da Extensão Rural participativa, horizontal e dialógica – a partir da PNATER –, uma vez que a maioria dos técnicos iniciou sua atuação após o lançamento da nova Política de Ater e o processo de reestruturação do IPA.

Outro avanço sentido é a presença do Instituto na quase totalidade dos municípios do Estado de Pernambuco. Mesmo com a deficiência de pessoal, as sedes municipais assumem um papel importante pela proximidade com as comunidades rurais, além de estarem equipadas com carros, telefones e computadores – no caso da sede municipal de Petrolândia.

No tópico seguinte veremos a forma como os jovens rurais analisam as atividades desenvolvidas pelo IPA na comunidade Brejinho da Serra.

A Juventude Rural de Brejinho da Serra e os Projetos do Instituto Agrônomo de Pernambuco

Realizamos quatro visitas à comunidade, sendo duas no centro de Brejinho da Serra e outras duas na Associação dos Criadores de Peixes da Serra (ACPS). Iniciamos as entrevistas questionando os jovens sobre a participação deles nas organizações existentes na comunidade. Ressaltamos aqui que a participação é entendida como compartilhamento de poder para tomadas de decisão envolvendo toda a população (Barth; Brose, 2002).

Quatro entrevistados afirmaram ser integrantes da Associação dos Criadores de Peixes da Serra (ACPS), tendo como objetivo o trabalho com a piscicultura em tanque-rede e, fundamentalmente, a obtenção de uma renda própria, independente dos pais. Dois entrevistados participam da Pastoral da Criança por gostarem de ajudar as crianças e as mães. Os outros dois jovens não participam de nenhum tipo de organização na comunidade por motivos distintos. O primeiro não participa por ser considerado ainda muito novo, com apenas 14 anos. Já o segundo jovem afirma não participar devido à falta de estímulos da própria comunidade, levando em conta que “as pessoas são mal-agraçadas, não reconhecem o trabalho importante das organizações” (entrevistado F).

Embora os jovens afirmem que as Associações trazem benefícios, não citam que benefícios são esses, apontando apenas a participação nas capacitações oferecidas pelo IPA, a renda obtida no trabalho da piscicultura em tanque-rede e os programas de financiamento, como o Pronaf e o Prorural. Percebemos que os benefícios que os jovens fazem referência, geralmente, são restritos apenas para quem é sócio das associações e não para toda a comunidade: “São importantes, pois através delas que adquirem recursos para a comunidade. Existem projetos para os sócios” (entrevistado D). “As associações trazem algum benefício para os sócios e, às vezes, para a comunidade” (entrevistado F). O fato dos benefícios serem, na maioria das vezes, apenas para os sócios e não para toda a comunidade, pode ser considerado um empecilho para o desenvolvimento da comunidade, uma vez que a participação dos atores locais é um elemento essencial para a emancipação de uma localidade (Barth; Brose, 2002).

Observamos, nas falas dos entrevistados, que os jovens possuem concepções distintas sobre a importância da participação nas organizações existentes na comunidade de Brejinho da Serra. Nenhuma das respostas – que vão de renda ao reconhecimento pessoal – aponta para a importância da organização social e política que deveria representar tais organizações. As associações são vistas muito mais como mecanismos de aquisição de financiamentos para determinados projetos na comunidade do que como um instrumento de união e organização social, fortalecendo a coletividade na comunidade e a busca conjunta de soluções

para os problemas enfrentados. O próprio extensionista do IPA afirmou que foram as possibilidades de financiamento de crédito e o acompanhamento técnico do IPA que contribuíram para o surgimento de 10 associações de pequenos produtores em Petrolândia. Caberia, portanto, ao Instituto, enquanto organização que busca o desenvolvimento social e econômico das comunidades rurais, trabalhar não somente a “gestão de negócios” – como apontado na entrevista com o extensionista de Petrolândia –, mas também os conceitos políticos do associativismo, contribuindo, dessa forma, para a organização da comunidade em princípios de coletividade.

Quando questionados acerca da escolaridade, a variedade das respostas é grande. Quatro jovens abandonaram a escola antes de concluir o Ensino Fundamental, enquanto os outros quatro continuam os estudos, estando 1 na 5ª série e três concluindo o Ensino Médio. Mesmo considerando a escola como uma possibilidade de abertura de novos conhecimentos e, conseqüentemente, novas possibilidades de emprego, os jovens – estudantes e não estudantes - apontam os limites do ensino escolar interiorano, como a falta de laboratórios de informática e de cursos técnicos. Assinalam, ainda a tensão social vivida ao término do Ensino Médio, na decisão de ficar ou sair da comunidade: “O ensino é fraco, mas atende às perspectivas de futuro. Sabe como é, coisa pública, o ensino é fraco. Estou pensando em estudar mais, só tem curso bom fora e tem que abandonar aqui, e aqui não quero abandonar, aí tem que pensar bem” (entrevistado E). Observamos aqui que os jovens estão sendo impelidos a migrarem do meio rural, não mais por vontade e sim pela falta de oportunidade nas suas localidades (Carneiro, 2007).

Em relação às atividades produtivas desempenhadas na comunidade, todos os jovens afirmam que os pais trabalham na agropecuária, isto é, na criação de animais e na plantação de milho, feijão ou mandioca, mostrando a permanente importância que possui as atividades agrícolas para as famílias rurais. Os frutos da agricultura são para comercializar na feira de Petrolândia e, essencialmente, para o consumo familiar. Enquanto os cinco rapazes afirmaram contribuir com os pais nas atividades agrícolas, as três moças afirmaram

não trabalharemos no roçado, contribuindo com os pais nos serviços domésticos. Embora não tenhamos aprofundado essa questão, parece-nos que essas respostas podem estar relacionadas à divisão tradicional – patriarcal e machista – do trabalho, na qual as moças não são reconhecidas como trabalhadoras agrícolas (Carneiro, 2007; AACC, 1994).

É difícil a inserção em atividades não agrícolas para os jovens de Brejinho da Serra. A maioria dos jovens presentes na comunidade está sempre viajando à procura de trabalho, principalmente na construção civil, que é também um ramo de trabalho comum entre os adultos devido às obras da transposição do Rio São Francisco.⁵ De acordo com o entrevistado H: “A oportunidade é muito pouca. A maioria dos jovens e dos pais sai da comunidade para buscar emprego”. Um dos jovens entrevistado teve a experiência de trabalhar fora da comunidade como técnico em eletrônica e montador de móveis e artefatos. Segundo o jovem, o trabalho era extremamente cansativo e o salário não dava para se manter na cidade.

Parece grande, portanto, a falta de oportunidades para os jovens se inserirem em atividades profissionais agrícolas e não agrícolas em Brejinho da Serra ou mesmo fora dela, com condições propícias de trabalho e de remuneração. Por um lado, as atividades não agrícolas possuem uma importância em propiciar novos campos de conhecimentos para os jovens rurais, além de ser um ramo que absorve uma maior quantidade de pessoas ocupadas, aumentando a renda das famílias rurais. Por outro, o trabalho de sucessão agrícola continua a ser extremamente importante, tendo como perspectiva o protagonismo dos jovens nas tomadas de decisão junto a autoridade paterna, bem como inseridos em uma educação contextualizada com a realidade local, aumentando o conhecimento dos jovens, inclusive, no uso do computador e da Internet (Fetaeg, 2010).

⁵ A transposição do Rio São Francisco é uma obra do governo federal, caracterizada pela transposição das águas do São Francisco para outras áreas do semiárido nordestino. Trata-se de uma obra extremamente polêmica, pois estudos apontam a degradação ambiental que a mesma pode acarretar, além do fato de várias organizações sociais afirmarem que a transposição só vai beneficiar os grandes latifúndios e não resolverá os problemas da falta de água das populações nordestinas.

Dessa forma, as políticas extensionistas – no nosso caso, a política do IPA – devem trabalhar, como sugere Pires (2005), as atividades agrícolas e não agrícolas de forma articulada, quando a principal perspectiva não seja a permanência quase que obrigatória dos jovens em suas comunidades no trabalho da agropecuária, mas a transformação da localidade, dando condições propícias para a juventude rural se inserir, adequadamente, tanto nas atividades agrícolas quanto nas atividades não agrícolas, objetivando o pleno desenvolvimento da sua região.

Em relação ao Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA), notamos que somente os jovens que fazem parte da ACPS ou possuem familiares participantes é que conhecem as atividades que o Instituto desenvolve na região, enquanto os outros entrevistados desconhecem os trabalhos do Instituto: “Já ouvi falar. Sei que ajuda na agricultura, só isso” (entrevistado F).

Mesmo para quem é sócio da ACPS, a Instituição IPA é um pouco desconhecida no que diz respeito a sua estrutura e função, sendo ressaltado sempre os técnicos do IPA. Os jovens apontam, dentre as atividades desenvolvidas pelo Instituto, os intercâmbios com outras Associações e, fundamentalmente, as capacitações realizadas. É bastante enfatizada a importância do IPA em conseguir o financiamento do Prorural para as atividades de piscicultura.

Quando questionados sobre a importância dos projetos do IPA na comunidade, percebemos um dado relevante: todas as respostas fazem referência às atividades agrícolas desempenhadas pelas famílias rurais, demonstrando que os projetos do IPA, em Brejinho da Serra, ainda não se atentaram à importância das atividades não agrícolas no meio rural brasileiro. O jovem entrevistado F aponta a importância dos projetos do IPA no sentido de fixar as pessoas na própria comunidade, devido à precariedade das condições de trabalho na agricultura: “É importante os trabalhos do IPA, porque tem pessoas que trabalham na agricultura e com o apoio podem continuar na roça. Na cidade é bem difícil morar” (entrevistado G).

Dessa forma, compreendemos que os trabalhos desenvolvidos pelo IPA em Brejinho da Serra, mesmo com foco único nas atividades agrícolas, são importantes para melhorar as condições de vida das populações rurais, proporcionando um maior conhecimento acerca do trabalho na agropecuária por intermédio das capacitações e buscando financiamentos para projetos, como o Pronaf e o Prorural. É importante ressaltar, no entanto, a necessidade de ampliar o foco de intervenção, especialmente para os jovens, na perspectiva do desenvolvimento local, uma vez que são vários os estudos que mostram que as atividades não agrícolas contribuem para um maior número de pessoas ocupadas, bem como o aumento da renda das famílias rurais (Campanhola; Silva, 2000; Del Grossi, 2002; Leone, 2004).

Por fim, os jovens entrevistados são unânimes na afirmação de que não existem projetos específicos para a juventude de Brejinho da Serra. Ou seja, os jovens estão inseridos nas atividades do IPA, entretanto sem serem considerados como um segmento autônomo, possuidores de potencialidades e demandas específicas, como se referem Figueiredo (1981a), Carneiro (2007) e Cordeiro (2009), entre outros autores citados neste trabalho.

Os jovens se entusiasmam em responder sobre os projetos que a juventude gostaria que o IPA desenvolvesse em sua comunidade. Aqui aparecem demandas relacionadas tanto às atividades agrícolas quanto às atividades não agrícolas, bem como demandas que podem ser consideradas específicas da juventude (mas não exclusivas), como cursos de informática, ressaltado por praticamente todos os jovens.

Para o entrevistado D, a capacitação em computação é de fundamental importância para a comunidade, em especial para a juventude. Afirma que, com o conhecimento em informática, a juventude está conectada com jovens de outros ambientes, além de ser um rico instrumento de pesquisa para as atividades que desempenham, como a piscicultura.

Além da informática, os jovens assinalam atividades culturais, especificamente a dança e o teatro, bem como atividades de geração de renda no âmbito das atividades não agrícolas, como a construção de uma Casa de Artesanato na comunidade, objetivando o aumento de pessoas ocupadas assim como o aumento da renda das famílias rurais. A integração social também é ressaltada pelos entrevistados no momento em que vários apontam a importância de ser construída uma quadra de esportes e uma praça na comunidade, onde os jovens possam se reunir para conversar ou jogar.

Mesmo com essa variedade de demandas, os jovens não esquecem as necessidades no campo da agropecuária, no sentido de aumentar a renda das diversas famílias da comunidade que sobrevivem dessa atividade: “Projetos com galinha, ovelha, bode e vaca. Tem muita gente que cria. Serve para melhorar a renda das famílias na comunidade” (entrevistado A).

Nessa questão tivemos a percepção da diversidade da juventude. Apesar de serem jovens de um mesmo ambiente e estarem inseridos na juventude popular (Bourdieu, 1983), apresentam diferenças nas potencialidades e nas suas demandas. Por exemplo: os mais novos ressaltam a importância da quadra de esportes, enquanto os mais velhos assinalam com mais ênfase os projetos produtivos, que possibilitem um aumento de renda; as garotas ressaltam os cursos de manicure e corte e cabelo, enquanto os rapazes assinalam projetos com criação de animais. Dessa forma, ressaltamos a impossibilidade de analisar a juventude de forma linear e homogênea, uma vez que esse segmento se caracteriza pela diversidade e pluralidade, sendo necessária uma visão mais ampla, entendendo o jovem não como um indivíduo sendo preparado para a vida adulta, mas como um ser autônomo, que amadurece não por uma passagem de ciclo de vida, mas pelas relações sociais que acompanham a sua trajetória (Waizbord apud Tavares, 2009).

Em termos de futuro, os jovens entrevistados demonstram vontade de permanecer na comunidade, pela tranquilidade que representa o seu ambiente e pelos laços sociais que construíram ao longo do tempo: “Brejinho, não deixo por nada” (entrevistado G). Essas afirmações se encaixam, por assim dizer, nos

resultados da pesquisa com jovens rurais, realizada por Wanderley (2007), em que os jovens apontam os laços afetivos com a família e os amigos, a relação com a natureza e as raízes pessoais como principais fatores para permanecer na localidade onde residem.

A falta de oportunidades, no entanto, faz com que muitos pensem em sair da comunidade, não por vontade, mas pela necessidade de condições de vida: “Pretendo ficar, se tiver futuro aqui. Se a gente crescer mais, tiver uma renda boa. Se não conseguir, tem que ir embora mesmo, contra a vontade, tem que ir. Vai morrer de fome?” (entrevistado E).

Observamos, portanto, que as reivindicações dos jovens nada têm de especial, sendo necessidades também encontradas nas periferias das grandes cidades. Ou seja, demandas pelos serviços públicos, pelo lazer e pelas atividades que possam gerar renda na comunidade, tanto agrícolas quanto não agrícolas, parecem ser as condições para que os jovens permaneçam em seus ambientes e exerçam um papel de protagonismo no desenvolvimento social e econômico de sua localidade.

Conclusões

Em nossa pesquisa, observamos que os jovens da comunidade Brejinho da Serra já não possuem o desejo de migrar para outras cidades caso haja condições propícias para a sua permanência na comunidade. Atualmente essas condições dizem respeito, fundamentalmente, aos serviços públicos (saúde e educação, principalmente), ao lazer e às oportunidades de abertura de novos campos de conhecimento e de inserção profissional, tanto em atividades agrícolas quanto atividades não agrícolas. Para além dessas condições afirmadas pelos jovens, ressaltamos que, pela própria dinâmica de vida (especialmente da juventude), outras demandas se constroem no cotidiano.

Dessa forma, a migração da juventude em Brejinho da Serra continua a existir não devido a um possível fascínio pelas cidades, mas pela necessidade. Ou seja, os jovens estão sendo impulsionados a sair do meio rural em busca de oportunidades de educação, trabalho e lazer que existem, mesmo em grande estado de precariedade, nos espaços urbanos (Carneiro, 2007).

Nesse cenário, as políticas de Extensão Rural ganham uma importância fundamental no trabalho com a juventude. Trabalhar as potencialidades dos jovens enquanto força transformadora e atender as suas reivindicações podem garantir não a reprodução do meio rural, mas a transformação do meio rural, proporcionando condições propícias para a vida das famílias rurais. Os jovens possuem algumas potencialidades e demandas que podem ser consideradas específicas, mesmo sem serem exclusivas, como é o caso da informática, do lazer e das atividades culturais – todas essas demandas visualizadas em nossa pesquisa com os jovens de Brejinho da Serra.

Como observamos nos dados coletados, várias foram as demandas da juventude rural que os órgãos extensionistas – em nosso caso, o IPA – podem desenvolver. Foi ressaltada pela juventude a importância e necessidade de se organizar um grupo formal de jovens, que possa se encontrar, se integrar e pensar políticas públicas para a juventude. Foi analisado, também, que a juventude sente certo estranhamento com relação à escola do campo, estando a mesma descontextualizada no ambiente onde está inserida.

No que tange à PNATER, observamos que a mesma apresenta uma séria limitação de trabalho com a juventude, quando restringe, mais uma vez, as atividades com esse segmento no âmbito das atividades agrícolas. Como observamos em nossas entrevistas, os jovens apresentam demandas tanto nas atividades agrícolas quanto nas atividades não agrícolas, como o artesanato, a informática, a dança e o teatro. Assim, as diretrizes da PNATER deveriam ressaltar a importância de trabalhos específicos com a juventude rural, tanto em atividades agrícolas, garantindo e estimulando a produção familiar e a sucessão agrícola, quanto em atividades não agrícolas, ampliando o campo de conheci-

mentos e de inserção profissional para os jovens rurais, numa perspectiva de evitar o êxodo juvenil, bem como garantir um processo de desenvolvimento rural protagonizado pela população jovem.

Se a PNATER propõe alguns avanços nas atividades extensionistas e apresenta outras limitações no trabalho com a juventude rural, o IPA parece ainda muito incipiente nesse tipo de atividade. O município de Petrolândia de fato possui um significativo número de jovens inseridos nas atividades do Instituto. Mesmo com esse indício positivo, entretanto, não está havendo trabalhos específicos com a juventude.

Notamos um campo fértil para os trabalhos com a juventude em Brejinho da Serra. Atividades relacionadas à educação do campo, à organização da juventude, esportivas, culturais e profissionais foram algumas das potencialidades apresentadas pela juventude que precisariam ser estimuladas pelo Instituto.

Entendemos que o IPA desempenha um importante papel na comunidade Brejinho da Serra, realizando atividades de orientação, capacitação e financiamentos para as atividades agrícolas desenvolvidas pelas famílias rurais. Na perspectiva do desenvolvimento local, no entanto, torna-se necessário ampliar o foco de intervenção, realizando atividades específicas com a juventude rural e também desenvolvendo ações que contemplem as atividades agrícolas e não agrícolas de forma articulada.

Entendemos que o associativismo pode representar um instrumento para viabilizar uma maior participação da sociedade civil e estreitar os laços entre a sociedade organizada e o poder público. Dessa forma, as atividades do IPA na comunidade poderiam se basear também em cursos sobre associativismo, enfatizando a importância que possuem as Associações para o desenvolvimento das comunidades. Ressaltamos, ainda, que nesses cursos a juventude deveria ser público-alvo, uma vez que, segundo Cordeiro (2009), quando os jovens possuem experiência de participação em organizações, aumentam as possibilidades de um maior envolvimento nas atividades da comunidade no futuro.

Chegamos à parte final do nosso trabalho acreditando que os jovens rurais de Brejinho da Serra estão sendo considerados pelas políticas extensionistas, pelo menos em dois aspectos, da mesma forma que o foram durante toda a história da Extensão Rural em nosso país: apenas como beneficiários dos programas e vistos apenas como sucessores da produção agrícola. Nestes termos, parece necessário o IPA refletir sobre o papel dos jovens rurais como atores sociais estratégicos para o desenvolvimento das comunidades rurais.

A realização de um diagnóstico participativo com a juventude, descobrindo suas potencialidades e demandas para as atividades agrícolas e não agrícolas, pode ser o eixo norteador das atividades do IPA na perspectiva do desenvolvimento local.

Referências

AACC. Associação de Apoio às Comunidades do Campo do Rio Grande do Norte. Políticas públicas para o desenvolvimento rural do Nordeste. *Série Contribuições*, ano I, vol. I, 1994.

ASBRAER. Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural. *Entrevista com Júlio José – presidente do Instituto Agrônomo de Pernambuco*. 2009. Disponível em: <http://www.asbraer.org.br/portal.cgi?flagweb=tpl_imprimeconteudo&id=1793>. Acesso em: 22 jun. 2010.

BARTH, Jutta; BROSE, Markus. *Participação e desenvolvimento local: balanço de uma década de cooperação técnica alemã no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Sulina, 2002.

BOURDIEU, Pierre. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero. 1983. p. 112-121. Disponível em: <<http://www.scribd.com/doc/16677551/Pierre-Bourdieu-A-Juventude-e- apenas- uma- palavra>>. Acesso em: 4 ago. 2010.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar. *Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural*. Brasília, 2004. Versão final.

CALLOU, Angelo Brás Fernandes. *Extensão rural: polissemia e memória*. Recife: Bagaço, 2007.

CAMPANHOLA, Clayton; SILVA, José Graziano. *O novo rural brasileiro*: políticas públicas. Editores técnicos Clayton Campanhola, José Graziano da Silva. Jaguariúna, SP: Embrapa Meio Ambiente, 2000. V. 4.

CARNEIRO, Maria José. Juventude e novas mentalidades no cenário rural. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de (Orgs.). *Juventude rural em perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

CASTRO, J. A.; AQUINO, L. (Orgs.). *Juventude e políticas sociais no Brasil*. Brasília: Ipea, 2008.

CATANI, Afrânio Mendes; GILIOLI, Renato de Sousa Porto. *Culturas juvenis*: múltiplos olhares. São Paulo: Editora Unesp, 2008. (Paradidáticos. Série Cultura).

CORDEIRO, Rui Mesquita. Jovens na linha de frente. In: LANDIM, Leilah; TREVISAN, Maria Carolina (Orgs.). *Apoio internacional ao desenvolvimento local*: experiências sociais com juventudes no Nordeste. São Paulo: Peirópolis, 2009.

DEL GROSSI, Mauro Eduardo; SILVA, José Graziano. *O novo rural*: uma abordagem ilustrada. Londrina: Instituto Agronômico do Paraná, 2002.

FETAEG. Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás. *A sucessão rural na agricultura familiar*. 1º Festival Estadual da Juventude Trabalhadora Rural do Estado de Goiás. Goiás, 2010. Disponível em: <<http://www.fetaeg.org.br/site.asp?secao=noticias&pub=1071>>. Acesso em: 10 ago. 2010.

FIGUEIREDO, Romeu Padilha. *A extensão rural face à problemática da pequena produção no Brasil*. II Seminário de Educação e Meio Rural – Iesae/FGV. Rio de Janeiro, 1981a.

FIGUEIREDO, Romeu Padilha. *A extensão rural no Brasil*. Palestra proferida no I Simpósio Brasileiro de Extensão Rural. Universidade Federal de Santa Maria – Curso de Mestrado em Extensão Rural, 1981b.

FONSECA, Luís. *Promoção humana e extensão rural*. Texto avulso. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Laemmert, [1970?].

IPA. Instituto Agronômico de Pernambuco. *Plano anual de trabalho – PAT 2009*. Disponível em: <http://www.ipa.br/publicacoes_outras_publicacoes.php>. Acesso em: 16 abr. 2010.

IPA. Instituto Agronômico de Pernambuco. *Plano de Ação Municipal (PAM)*. Município de Petrolândia. RD Itaparica. Petrolândia, 2009.

LEONE, Eugênia Troncoso. Renda familiar e trabalho feminino nas áreas rurais do Brasil nos anos 90. In: CAMPANHOLA, Clayton; SILVA, José Graziano da (Editores técnicos). *O novo rural brasileiro*: novas atividades rurais. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2004. V. 6.

PIRES, Maria Luíza Lins e Silva. A (re) significação da extensão rural a partir da ótica da inclusão: a via cooperativa em debate. In: LIMA, Jorge Roberto Tavares de (Org.). *Extensão rural e desenvolvimento sustentável*. 2. ed. Recife: Bagaço, 2005.

RAMEH, Ladjane Milfont. *Extensão rural e desenvolvimento local: análise das ações da política nacional de assistência técnica e extensão rural para o turismo rural em Pernambuco*. 2009. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2009.

SANTOS, Maria Salett Tauk. Estratégias de comunicação para o desenvolvimento local e os desafios da sustentabilidade. In: LIMA, Jorge Roberto Tavares de (Org.). *Extensão rural e desenvolvimento sustentável*. 2. ed. Recife: Bagaço, 2005.

SINTERP. Sindicato dos Trabalhadores da Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Pública. *Lei 12.188/10 – PNATER – Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária*. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://sinterpmt.org.br/web/index.php/jornais-e-blogs/81-lei-12218810--pnater-programa-nacional-de-assistencia-tecnica-e-extensao-rural-na-agricultura-familiar-e-na-reforma-agraria--lei-866693-foi-modificada>>. Acesso em: 15 fev. 2011.

TAVARES, Maurício Antunes. *Caminhos cruzados, trajetórias entrelaçadas: vida social de jovens entre o campo e a cidade no Sertão de Pernambuco*. 2009. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife. 2009.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de (Orgs.). *Juventude rural em perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.